



Anais

Modalidade Artigo Científico



LEI DA PALMADA: arbitrária ou necessária?

Ellen Mariana Assis¹
Sulamita Popoff Braga²

Resumo

O presente artigo trata da análise acerca da “Lei da Palmada” que surgiu em reflexo aos acordos internacionais e leis nacionais que visam a proteção integral da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e deveres. A lei 7672 de junho de 2010, inicialmente intitulada “Lei da Palmada” e posteriormente “Lei do Menino Bernardo”, teve por escopo o implemento junto ao Estatuto da Criança e do Adolescente de artigos que coíbam pais ou responsáveis de utilizar-se de castigos corporais contra a criança ou adolescente com o pretexto de educação disciplinar. O presente estudo, através do método de pesquisa bibliográfica, discutirá porquê há polêmica acerca da respectiva lei, com foco em sua necessidade ou arbitrariedade em uma sociedade carregada de pré-noções, que saem impressas em seus julgamentos de valores.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente, “Lei da Palmada”, castigo.

Abstract

This paper deals with the analysis about the " Law of Spanking " that appeared to reflect international agreements and national laws aimed at comprehensive protection of children and adolescents as subjects of rights and duties . Law 7672 of June 2010 , originally titled " Spanking Law " and later " Law Bernardo Boy " , was to scope the implement with the Statute of the Child and Adolescent articles abridging parents or guardians to make use of punishments body against the child or teen under the guise of disciplinary education. The present study , using the method of literature review, discuss why there is controversy about the respective law , focusing on their need or arbitrariness in a society laden with pre - notions , leaving printed on their value judgments .

Keywords: Statute of Children and Adolescents , " Law Spanking " punishment.

¹ Acadêmica do 7º período do curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho.

² Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual de Montes Claros. Acadêmica do 7º período do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho.



**LEGISLAÇÃO, DIVERSIDADE E RECONHECIMENTO DE DIREITOS DOS
POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS SOB O PRISMA DO MÍNIMO
EXISTENCIAL: uma análise da realidade brasileira**

Jonas Veloso Santos³
Vania Ereni Lima Vieira⁴

Resumo: Malgrado as promessas da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ainda não se vê na sociedade contemporânea a igualdade de direitos prevista no caput do art. 5º, principalmente quando se refere aos direitos das minorias. A este despeito, o presente trabalho busca analisar a situação dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil a partir de sua legislação interna e dos tratados e convenções internacionais em que é signatário. Nessa perspectiva, pretende verificar o reconhecimento dos direitos desses povos, considerado seu específico modo de vida, sob o prisma do chamado mínimo existencial.

Palavras Chave: Povos e Comunidade Tradicionais; Reconhecimento; Constituição; Diversidade; Mínimo Existencial.

**LAW, DIVERSITY AND RECOGNITION OF THE RIGHTS OF TRADITIONAL
PEOPLES AND COMMUNITIES UNDER THE PERSPECTIVE OF THE
EXISTENTIAL MINIMUM : an analysis of the brazilian reality**

Abstract: Despite the promises of the 1988 Constitution of the Federative Republic of Brazil, it can't be identified yet in our current society the rights equality proposed by the heading of article no. 5, particularly when it comes to the minority. In spite of this, this paper seeks to analyze the situation of Brazilian Traditional Peoples and Communities, regarding the domestic legislation and the international treaties and conventions to which the country has assigned. From this perspective, it was proposed to do a verification of the recognition of the these peoples' rights, through the point of view of the so-called existential minimum, taking in consideration their particular way of life.

Keywords: Traditional People and Community; rights recognition; Constitution; diversity; Existential minimum.

³ Advogado, Bacharel em Direito e Pós-Graduando *Lato Sensu* em História da Filosofia pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail.: jonveloso@hotmail.com.

⁴ Advogada e Professora Universitária, Bacharela em Direito pelas Faculdades Santo Agostinho e Pós-Graduada *Lato Sensu* em Recursos Hídricos e Ambientais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. E-mail.: vanielimavieira@yahoo.com.br.



UM OLHAR JURÍDICO SOBRE O MERCADOR DE VENEZA: comparação entre Veneza de 1596 e Brasil atual

Diana Alves Câmara⁵

Fabiana Carvalho Vieira⁶

Resumo: O presente trabalho visa analisar a peça Mercador de Veneza do inglês William Shakespeare, sob a ótica do ordenamento jurídico brasileiro, basilarmente com o intuito de responder ao seguinte questionamento: A sentença proferida está em consonância com os princípios processuais gerais do nosso ordenamento jurídico? O caminho utilizado para alcançar a resposta, foi o método bibliográfico através de consulta em doutrinas, leis e pesquisa online complementar, visando mostrar as principais disparidades existentes entre as duas realidades: Veneziana e Brasileira.

Palavras-chave: Mercador de Veneza, análise da sentença, Veneza versus Brasil

A LEGAL PERSPECTIVE OF MERCHANT OF VENICE: a compared between Venice 1596 and currently Brazil

Abstract: This work wants to analyze the play of Merchant of Venice, from the perspective of Brazil legal system, based on the intention to answer the question: The uttered sentence agrees with general process principles? The way used to reach the answer, was the bibliographic method through doctrines, laws and online complementary research. Aimed to show the mains difference between both realities: Brazil and Venice.

Key-word: Merchant of Venice, analysis of sentence, Venice versus Brazil

⁵ Estudante de Direito da Faculdade Santo Agostinho, 3º período, matutino. Email: dhiannaalves@hotmail.com.

⁶ Mestre do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Direito da PUC Minas. Linha de Pesquisa: Direito do Trabalho, Modernidade e Democracia. Integrante do Grupo de Estudos de Direito, Constituição e Processo Prof. José Alfredo de Oliveira Baracho. Especialização em Direito Processual (IEC/PUC). Professora da Faculdade Santo Agostinho- FADISA. E-mail: fabicarvi@hotmail.com



AVANÇOS E RETROCESSOS: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DAS MUDANÇAS SOFRIDAS PELO IDEAL DEMOCRÁTICO

Elles Albano de Aguiar Carneiro⁷

RESUMO: Elaborado a partir da análise do material bibliográfico coletado, tem-se o desígnio de obter maiores conhecimentos acerca dos avanços e, possíveis retrocessos em que o ideal democrático esteja envolto. Ao traçar as origens do ideal democrático, bem como suas variações históricas, principiológicas e conceituais, surgem algumas implicações inerentes ao seu exercício. Nesse sentido, a partir da verificação de sua evolução no tempo, aliada a sua contribuição para construção do arcabouço normativo dos direitos humanos fundamentais, e a participação popular na afirmação desses direitos, o presente estudo se faz de suma importância no que tange ao para o desenvolvimento democrático, sua evolução e características, mas, sobretudo para o respeito à proteção de direitos constitucionalmente consagrados.

Palavras-Chave: Grécia antiga, democracia, avanço, retrocesso e direitos humanos.

ABSTRACT

Drawn from the analysis of the bibliographic material collected, there is a design to get more knowledge about the advances and setbacks possible that the democratic ideal is wrapped. In tracing the origins of the democratic ideal and its historical, conceptual and principiológicas variations arise some implications inherent in its exercise. In this sense, from the observation of their evolution in time, together with its contribution to the construction of the normative framework of fundamental human rights and popular participation in the assertion of those rights, the present study is of great importance in regard to the democratic development, evolution and characteristics, but above all to respect the protection of constitutionally enshrined rights.

Keywords: Ancient Greece, democracy, forward, reverse and human rights.

⁷ Elles Albano de Aguiar Carneiro: Acadêmico do nono período matutino da Faculdade de Direito Santo Agostinho (FADISA). Endereço Eletrônico: elles_carneiro@yahoo.com.br



A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: O machismo como obstáculo para a efetividade da Lei 11.340/06

Ana Carolina Teixeira de Oliveira⁸

Pedro Henrique Ruas Abreu Areal Marques⁹

O presente trabalho tem como objetivo a análise das inovações trazidas pela Lei 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha, bem como o estudo da ideologia machista na sociedade atual e se esta se põe como obstáculo para a efetivação do dispositivo legal. Estuda a Lei 11.340/06 e os fatores determinantes da sua criação. Analisa o machismo e a atribuição de papéis sociais a ambos os sexos. Aponta questões importantes a respeito da atribuição de culpa à vítima. Conclui que a postura adotada por vítima, agressor e sociedade contribuem para cultura machista e atrapalha a efetivação da lei em questão. A pesquisa é bibliográfica e documental, extraídas de fontes primárias e secundárias, e é realizada pelo método dedutivo.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Lei Maria da Penha e Machismo.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the innovations introduced by Law 11,340 / 06, better known as Maria da Penha Law, as well as the study of sexist ideology in today's society and if it becomes an obstacle to the accomplishment of the legal provision. Studying the Law 11.340 / 06 and the determinants of its creation. Examines machismo and the allocation of social roles to both sexes. Points to important issues concerning the attribution of blame to the victim. Concludes that the stance taken by the victim, offender and society contribute to the macho culture and hinders the effectiveness of the law in question. The research is bibliographic and documentary, drawn from primary and secondary sources, and is performed by the deductive method.

Key words: Violence against women; Maria da Penha Law and Machismo.

⁸ 1 Advogada e pós-graduanda em “Direito e Diversidade” pela Faculdade Santo Agostinho. Email:anacarolina2810@hotmail.com.

⁹ 2 Advogado pós-graduado em “Direito Processual” pela Universidade Estadual de Montes Claros. Email:pedroruasadv@hotmail.com.



A CIÊNCIA, O MÉTODO E O DIREITO: uma relação na qual o paradigma merece ser discutido

Sybelle Regina Pereira Gomes¹⁰
Fabiana Carvalho Vieira¹¹

O presente trabalho tem por objeto analisar o método científico cartesiano e os efeitos de sua aplicação na Ciência Jurídica, enfatizando as crises de percepção no Direito geradas pela intervenção da Ciência com seus métodos científicos na busca pela quantificação do conhecimento na tentativa de sua elevação ao status de ciência.

Palavras-chaves: Ciência, Direito, Método e Conhecimento.

ABSTRACT

The present work has the purpose to analyze the Cartesian scientific method and the effects of its application in Legal Science, emphasizing the perception in law of crises generated by the intervention of science with his scientific methods in the search for quantification of knowledge in an attempt to increase their the status of science.

Keywords: Science, Law, Knowledge and Method.

¹⁰ Acadêmica do 10º período de Direito na Faculdade Santo Agostinho-FADISA. Estagiária no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais- TJMG. Integrante do Grupo de Estudos sobre Ensino Jurídico-Prof. Rodrigo Cavalheiro Rodrigues. E-mail: sybelleregina@hotmail.com

¹¹ Mestre do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Direito da PUC Minas. Linha de Pesquisa: Direito do Trabalho, Modernidade e Democracia. Integrante do Grupo de Estudos de Direito, Constituição e Processo Prof. José Alfredo de Oliveira Baracho. Especialização em Direito Processual (IEC/PUC). Professora da Faculdade Santo Agostinho- FADISA. E-mail: fabricarvi@hotmail.com



DO ESTADO DE NATUREZA AO GRANDE LEVIATÃ: a incidência do monismo estatal e do positivismo jurídico na estruturação do direito positivo

Sybelle Regina Pereira Gomes¹²
Fabiana Carvalho Vieira¹³

O presente artigo tem como finalidade analisar a incidência do monismo estatal e do positivismo jurídico na estruturação e conceituação do Direito positivo, descrevendo assim as ideias mais relevantes dos principais expoentes que pensaram no Direito como comando normativo útil a todo ordenamento jurídico. Dessa forma, inicia-se refletindo acerca do pensamento hobbesiano na criação do estado de natureza até se chegar à forma de criação do Estado que organiza e cria o conjunto normativo positivo imposto a toda sociedade.

Palavras-chaves: Direito, Positivismo, Estado e Norma.

Abstract

This article aims to analyze the impact of the state of legal positivism and monism in structuring and conceptualization of positive law, and describing the most important ideas of the leading exponents who thought the law as a normative command useful to all laws. Thus begins reflecting about the Hobbesian thought in the creation of the state of nature until you get the form of creation of the state that organizes and creates a positive set of rules imposed on all of society.

Keywords: Law, Positivism, State and Norm.

¹² Acadêmica do 10º período de Direito na Faculdade Santo Agostinho-FADISA. Estagiária no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais- TJMG. Integrante do Grupo de Estudos sobre Ensino Jurídico-Prof. Rodrigo Cavalheiro Rodrigues. E-mail: sybelleregina@hotmail.com

¹³ Mestre do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Direito da PUC Minas. Linha de Pesquisa: Direito do Trabalho, Modernidade e Democracia. Integrante do Grupo de Estudos de Direito, Constituição e Processo Prof. José Alfredo de Oliveira Baracho. Especialização em Direito Processual (IEC/PUC). Professora da Faculdade Santo Agostinho- FADISA. E-mail: fabicarvi@hotmail.com



O DESENCANTAMENTO DO DIREITO MEDIANTE UMA VISÃO HOLÍSTICA DE INTEGRALIDADE

Sybelle Regina Pereira Gomes¹⁴
Fabiana Carvalho Vieira¹⁵

O presente artigo tem por objetivo explicitar a mudança paradigmática do Direito enquanto ciência jurídica mediante uma visão jurídica de integridade. Demonstrando a relevância da visão holística do direito em substituição ao método dedutivo imposto pelo plano cartesiano, ante as crises geradas pelo método. Pois, o holismo se insere como meio útil à nova dinâmica social, capaz de modificar as estruturas jurídicas existentes através da transdisciplinaridade do conhecimento jurídico com outras áreas do saber por meio da reunificação do conhecimento jurídico.

Palavras-chaves: Direito, holismo, conhecimento e norma.

Abstract

This paper aims to describe the paradigmatic change of the law while legal science with a legal view of integrity. Demonstrating the importance of the holistic view of the right to replace the deductive method imposed by the Cartesian plane, before the crisis generated by the method. For holism fits how useful the new social dynamics, capable of modifying the existing legal structures through the transdisciplinary nature of the legal knowledge with other areas of knowledge by means reunification of legal knowledge.

Keywords: Law, holism, knowledge and standard.

¹⁴ Acadêmica do 10º período de Direito da Faculdade Santo Agostinho-FADISA. Estagiária no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais- TJMG. Integrante do Grupo de Estudos sobre Ensino Jurídico-Prof. Rodrigo Cavalheiro Rodrigues. E-mail: sybelleregina@hotmail.com

¹⁵ Mestre do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Direito da PUC Minas. Linha de Pesquisa: Direito do Trabalho, Modernidade e Democracia. Integrante do Grupo de Estudos de Direito, Constituição e Processo Prof. José Alfredo de Oliveira Baracho. Especialização em Direito Processual (IEC/PUC). Professora da Faculdade Santo Agostinho- FADISA. E-mail: fabricarvi@hotmail.com



DIREITOS HUMANOS E POBREZA: uma abordagem a partir da Teoria do Desenvolvimento como Liberdade

Matheus Medeiros Maia¹⁶

O presente artigo analisa a pobreza como privação/violação aos direitos humanos. Para tanto, a pobreza é avaliada de acordo com a Teoria do Desenvolvimento como Liberdade, elaborada por Sen (2010). O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2014 (RDH-2014), divulgado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), identificou que, nos países em desenvolvimento, quase 1,5 bilhões de pessoas vivem na pobreza multidimensional, ou seja, com privações de direitos fundamentais sociais como saúde, educação e proteção social *latu sensu*. A pesquisa se justifica pela amplitude numérica de pessoas que vivem na pobreza em âmbito mundial. Diante deste cenário, se faz necessário investigar como a pobreza reflete e influencia as vidas das pessoas, inclusive como privação/violação aos direitos humanos das mesmas. Objetiva-se, através de método dedutivo e procedimento bibliográfico, demonstrar que a pobreza, na perspectiva seniana de privação de capacidades é, em muitos casos, privação/violação aos direitos humanos. Analisando as normas referentes ao Direito Internacional dos Direitos Humanos e a Teoria do Desenvolvimento como Liberdade, é possível estabelecer um elo entre direitos humanos, pobreza e liberdades.

Palavras chave: Direitos Humanos; Pobreza; Teoria do Desenvolvimento como Liberdade.

HUMAN RIGHTS AND POVERTY: an approach based on the Theory of Development as Freedom

The present article analyzes the poverty as deprivation/infringement of human rights. For this purpose, the poverty is evaluated in accordance with the Theory of Development as Freedom, developed by Sen (2010). The Human Development Report of 2014 (RDH-2014), released by the United Nations Development Programme (UNDP), identified that, in developing countries, nearly 1.5 billion people live in multidimensional poverty, or with deprivation of social fundamental rights such as health, education and social protection *latu sensu*. The research is justified by the great number of people living in poverty in the world. In this scenario, it is necessary to investigate how, and how much poverty reflects and influences the lives of people, including as deprivation/human rights violations of them. It is aimed, through deductive method and procedure bibliographic, demonstrate that poverty in seniana perspective of capability deprivation is, in many cases, deprivation/infringement of human rights. By analyzing the rules relating to International Human Rights Law and the Theory of Development as Freedom, it is possible to establish a link between human rights, poverty and freedoms.

Keywords: Human Rights; Poverty; Theory of Development as Freedom.

¹⁶Acadêmico do 6º período da graduação em Direito da Faculdade de Direito Santo Agostinho (FADISA).
mmedeirosmaia@hotmail.com.



INFANTICÍDIO INDÍGENA: dicotomia entre a cultura e direito à vida

Amanda Maria Lopes Silveira¹⁷

Ilma Gleica Rabelo¹⁸

O presente trabalho visa o estudo do infanticídio indígena, prática presente em algumas comunidades indígenas que vem matando crianças quando estas apresentam deformidades físicas e psicológicas. A problemática encontra-se no fato de tal prática envolver direitos e garantias fundamentais. Assim, em uma vertente há quem defenda a não invasão as culturas indígenas e em outra linha de pensamento há quem acredite que o direito à vida deva ser preservado de maneira integral, estando este direito acima de qualquer outro princípio e prevalecendo em relação à cultura. Apresenta-se como objetivos a análise do relativismo cultural, bem como a discussão da preservação ao direito à vida, protegido constitucionalmente, diante do infanticídio indígena. O estudo do tema dar-se-á através da pesquisa bibliográfica. A discussão desponta frente à colisão entre direitos fundamentais e outros princípios como a dignidade da pessoa humana, ponderando sobre a natureza dos bens jurídicos envolvidos, em detrimento da tradição cultural infanticida milenar.

PALAVRAS-CHAVE: Infanticídio; direito à vida; cultura.

ABSTRACT

The present work aims to study Indian infanticide, this practice in some indigenous communities that has been killing children when they have physical and psychological deformities. The problem lies in the fact that practice involving fundamental rights and guarantees. Thus, in a shed there who advocates non-invasion indigenous culture and another line of thought who believe that the right to life must be preserved in a comprehensive manner, this right being above any other principle and in relation to the prevailing culture. Presents itself as objective analysis of cultural relativism, as well as discussion of preserving the right to life, protected constitutionally, on Indian infanticide. The study of the subject will occur through the literature search. The discussion emerges front collision between fundamental rights and other principles such as human dignity, pondering the nature of the legal interests involved, to the detriment of infanticidal ancient cultural tradition.

KEYWORDS: infanticide; right to life; culture.

¹⁷ Amanda Maria Lopes Silveira, acadêmica do Sétimo Período Noturno do Curso de Direito das Faculdades de Direito Santo Agostinho e membro do Programa Especial de Tutoria (PET).

¹⁸ Ilma Gleica Rabelo, acadêmica do Sétimo Período Noturno do Curso de Direito das Faculdades de Direito Santo Agostinho.



A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO COMO FONTE GERADORA DE ESTIGMAS

Elizabete Fernandes Souza Teixeira¹⁹
Lucivaldo Gomes da Silva²⁰

O presente artigo apresenta uma discussão acerca da ocupação do espaço, como fonte geradora de estigmas às classes populares das cidades. Desenvolveu-se para tal estudo, revisão bibliográfica tendo como principais referências Pierre Bourdieu (2007) e Erving Goffman (2004), dentre outros artigos, os quais permitem a compreensão sobre a ocupação do espaço, entendido no texto como fonte causadora de estigmas. Percebe-se na organização da cidade que os espaços de menor valor financeiro acabam por se destinar àqueles de classes economicamente subalternas, enquanto as demais regiões valorizadas ficam com a sociedade elitizada. Os espaços onde há grande contingente de pessoas apresentam quase total falta de infraestrutura mínima para ser habitado, e é visto como local de abandono social onde vivem pessoas que recebem marcas depreciativas, rótulos que nem sempre condizem com a realidade destes em discordância com os locais onde os privilegiados têm maiores recursos. Para tanto, o trabalho se inicia discutindo o conceito de espaço, e como este se configura. Em seguida faz-se uma reflexão sobre como se processa os estigmas, segundo Goffman e encerra abordando o espaço como fonte geradora de estigma. O presente trabalho se justifica pela necessidade de pensar em políticas sociais eficazes, afim de, diminuir as vulnerabilidades sociais como forma de amenizar os efeitos de estigmas que muito prejudicam as relações sociais dentro das cidades.

Palavras-chaves: espaço, estigmas, relações sociais.

ABSTRACT

This paper presents a discussion about the use of space, as a source of stigma to the working classes of the towns. Developed for this study, literature review the main references of Pierre Bourdieu (2007) and Erving Goffman (2004), among other items, which allow the understanding of the occupation of space, understood in the text as root causes of stigma. It is perceived in the organization of the city that the spaces of lower financial value ultimately be intended for those from economically lower classes, while other regions are valued with the elite society. Spaces where there are large numbers of people have almost total lack of minimum infrastructure to be inhabited, and is seen as a place of social abandonment where people live who receive derogatory marks, labels that do not always correspond with the reality of those in disagreement with the places where the privileged have greater resources. Thus, the work begins by discussing the concept of space, and how this is configured. Then, do a reflection on how it handles the stigmas, Goffman and second ends by addressing the space as a source of stigma. The present work is justified by the need to think of effective social policies in order to, reduce social vulnerabilities as a way to mitigate the effects of. of stigmas that affect the very social relations within cities.

Keywords: space, stigma, social relations.

¹⁹ Aluna especial em: Tópicos Especiais em Movimentos Sociais e Cultura: Estigmatização e Desenvolvimento.

²⁰ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES; Professor de antropologia na FADISA - Faculdade de Direito Santo Agostinho; Pós Graduado em EAD pelo Centro de Educação a distancia CEAD/UNIMONTES.



Desenvolvimento econômico que leva ao processo de destruição ambiental e encurralamento das comunidades tradicionais rurais da micro-bacia do Riacho Fundo

Lucivaldo Gomes da Silva²¹
Ricardo dos Santos Silva²²

O presente artigo pretende expor, em linhas gerais, a atual situação de uma área ambiental de cerrado da região norte-mineira na micro bacia do Riacho Fundo, localizada entre os municípios de Jequitaiá e São João da Lagoa, que teve sua gente cercada pela monocultura de eucalipto e passam por um processo de penúria devido a escassez dos produtos do cerrado, do assoreamento do rio e das nascentes. Para tanto, realiza-se um breve histórico social, econômico e ambiental da região para então mostrar o que foi e está sendo feito com o cerrado e povos ribeirinhos locais depois da corrida pela plantação de eucalipto e obtenção do carvão vegetal.

Palavras-chave: Eucalipto, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, cerrado, e cercamento.

ABSTRACT

This article seeks to explain, in general terms, the current situation of environmental savannah area of north-mining region in micro Riacho Fundo basin, located between the towns of Jequitaiá and São João da Lagoa, who had surrounded his people by eucalyptus monoculture and undergo a process of hardship due to shortage of products the savanna, the silting of the river and springs. The study presents a brief social, economic and environmental history of the region and then show what has been and is being done with the cerrado and riparian local people after the race by planting eucalyptus and obtain charcoal.

Keywords: Eucalyptus, economic development, social development, cerrado, and fencing.

²¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES; Professor de antropologia na FADISA - Faculdade de Direito Santo Agostinho; Pós Graduado em EAD pelo Centro de Educação a distancia CEAD/UNIMONTES.

²² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS da Universidade de São Paulo - USP. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.



A IMPORTÂNCIA DA UTOPIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO DIREITO

Cecília Lopes Viana²³
Elton Dias Xavier²⁴

A Constituição Federal de 1988 estabelece objetivos a serem alcançados pela sociedade como um todo, e estabelece quais são as responsabilidades do Estado para que tais objetivos sejam alcançados. Entretanto, o que vemos muitas das vezes, é o não cumprimento de vários desses objetivos estabelecidos pela Carta Magna. Por esse motivo, devemos buscar caminhos a fim de alcançarmos uma mudança estrutural da sociedade. Nessa perspectiva, discutisse a importância da utopia, uma vez que esta propõe, através dos seus ideais, projetos e fantasias, uma transformação que implique num mundo melhor e mais justo. O objetivo deste trabalho é demonstrar como a Utopia pode auxiliar no desenvolvimento do Direito e, conseqüentemente, da sociedade.

palavras-chave: Direito, desenvolvimento, utopia.

ABSTRACT

The human being is a social being by nature, necessarily live in the company of others. Thus, spontaneous and even unconsciously, is taken to form social groups. To ensure the coexistence of these social groups, the Federal Constitution of 1988 establishes goals to be achieved by society as a whole, and establish which are the responsibility of the State for these objectives to be achieved. However, what we see often, is failure to comply with these various objectives established by the Constitution. Therefore, we should seek ways to achieve an ethical and cultural change in society. From this perspective, demonstrates the importance of utopia, since it proposes, through its ideals, projects and fantasies, involving a transformation into a better and more just world. Therefore, the objective of this work is to

demonstrate how Utopia can assist in developing the law. To this end, a literature search will be conducted.

Keywords: Rights, development, utopia.

²³Acadêmica do 8º período Matutino do Curso de Direito das Faculdades Santo Agostinho. E-mail: cecilialopes@yahoo.com.br

²⁴Professor titular da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: eltondx@hotmail.com



DIFERENÇAS ENTRE OS DIREITOS DO CÔNJUGE E DO COMPANHEIRO NO DIREITO SUCESSÓRIO

Cecília Lopes Viana²⁵
Adriana Soares Mendes²⁶

A Constituição Federal de 1988 garante tratamento igualitário a todos os casais, independentemente da forma de união. Entretanto, quando se coloca em pauta os direitos sucessórios, discute-se sobre a divisão dos bens deixados após a morte de um dos companheiros, isso porque a lei prevê tratamento diferenciado para os companheiros em relação aos cônjuges, o que é tido como inconstitucional por alguns juristas. Nesse viés, o objetivo deste trabalho é apresentar as diferenças no tratamento sucessório dos companheiros em detrimento dos cônjuges no atual Código Civil, tendo em vista que este não obedeceu as disposições impostas na Constituição Federal de 1988. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, constituída por doutrinas e legislação vigente. Justifica-se o estudo deste trabalho dada a relevância do tema, tanto para profissionais do direito quanto para a sociedade. Depreende-se pelo estudo deste trabalho que esse tratamento diferenciado dispensado aos companheiros em relação aos cônjuges não encontra fundamento no ordenamento jurídico brasileiro vigente, notadamente após o respaldo constitucional da união estável como espécie de família.

Palavras-chave: união estável, casamento, direito sucessório.

ABSTRACT

The Federal Constitution of 1988 guarantees equal treatment to all couples, regardless of the form of marriage. However, when you put on the agenda inheritance rights, it discusses about the division of assets left after the death of a fellow, that because the law provides for differential treatment in relation to fellow spouses, which is considered unconstitutional by some jurists. This bias, the objective of this paper is to present the differences in treatment of succession to the detriment of fellow spouses in the current Civil Code, in order that it does not obey the rules imposed by the Federal Constitution of 1988. To this end, we carried out a literature search consisting of doctrines and current legislation. Justified the study of this work given the relevance of the subject for both legal professionals and to society. It appears from the study of this work that such differential treatment accorded to members in relation to spouses no basis in current Brazilian law, especially after the constitutional support of stable union as a kind of family.

Keywords: law marriage, marriage, inheritance law

²⁵Acadêmica do 8º período Matutino do Curso de Direito das Faculdades Santo Agostinho. E-mail: ceciallopes@yahoo.com.br

²⁶Acadêmica do 8º período Matutino do Curso de Direito das Faculdades Santo Agostinho. E-mail: adrianamendes.soares@gmail.com



REFLEXOS SUCESSÓRIOS DA UNIÃO ESTÁVEL

Luiz Fernando Silva Azevedo²⁷
Cecília Lopes Viana²⁸

A pesquisa tem o objetivo de elucidar a questão da União Estável e seus reflexos sucessórios. A regulamentação específica para a união estável no direito sucessório surgiu com a Lei nº 8.971/94. Posteriormente, a Lei nº 9.278/96, cria a figura do condomínio e divide em partes iguais, os bens que forem adquiridos onerosamente e com esforço comum durante a união estável. A última legislação envolvendo questão patrimonial foi com o Código Civil de 2002, no art. 1725, que passou a regulamentar o regime da comunhão parcial de bens para os companheiros, salvo contrato escrito regulando outro regime. Já no art. 1.790, I, do mencionado código a concorrência com os filhos da união estável e filhos exclusivos do *de cujus*, coloca-os em desfavor aos filhos comum. No inciso III, põe em desprestígio o companheiro sobrevivente, que antes no art. 2º, III da Lei nº 8.971/94 na falta de descendentes e de ascendentes, o (a) companheiro (a) sobrevivente teria direito à totalidade da herança, e no artigo do CCBR/02 em comento o companheiro concorrerá com outros parentes sucessíveis, tendo direito somente a 1/3 (um terço) da herança. Para a realização desta pesquisa utilizou-se de recursos bibliográficos, doutrinas e legislação vigente. Justifica-se o estudo deste trabalho dada a relevância do tema, tanto para profissionais do direito quanto para a sociedade. Ao final, faz-se referência ao Projeto de Lei nº 6.960/2002, onde propõe mudanças na norma comentada, buscando amenizar a situação polêmica diante do nosso ordenamento jurídico.

Palavras Chaves: Casamento, União Estável, Sucessões.

ABSTRACT

The research aims to elucidate the issue of Domestic Partnership and its inheritance reflexes. The specific rules for the stable marriage in inheritance law came with Law No. 8,971 / 94. Subsequently, Law No. 9.278 / 96, the figure creates the condominium and divided into equal parts, the goods that are acquired onerously and common effort for the common-law marriage. The latest legislation involving equity issue was with the 2002 Civil Code, art. 1725, which passed the regulatory regime of partial property for companions, unless another written agreement regulating regime. Already in art. 1790, I, the said code to compete with the children of a stable union and exclusive children of the deceased, puts them at disadvantage common to children. In section III, calls into disrepute the surviving partner, who prior art. 2, III of Law No. 8,971 / 94 in the absence of descendants and ascendants, the (a) partner (a) survivor would be entitled to the entire inheritance, and article of CCBR / 02 in comment mate successors compete with other relatives, being entitled to only one third (1/3) of the estate. For this research we used library resources, doctrines and current legislation. Justified the study of this work given the relevance of the subject for both legal professionals and to society. Finally, reference is made to the Draft Law No. 6,960 / 2002, which proposes changes in the standard commentary, seeking to ease the situation controversy before our legal system.

Keywords: Matrimony, common-law marriage, Succession.

²⁷ Acadêmico do 8º período Matutino do Curso de Direito das Faculdades Santo Agostinho. E-mail: luizf1508@gmail.com

²⁸ Acadêmica do 8º período Matutino do Curso de Direito das Faculdades Santo Agostinho. E-mail: cecilialopes@yahoo.com.br